

O ESTADO GLOBALIZADO

*Vladimir Furtado de Brito**

A vida é perigosa...é preciso atravessar as pontes

GUIMARÃES ROSA. GRANDE SERTÃO: VEREDAS

Resumo

O objetivo deste texto é esclarecer questões sobre o papel do Estado nesta “economia globalizada”. O que se procura provar é que está surgindo uma interdependência entre as políticas econômicas de muitos Estados mundiais, o que reduz os graus de liberdade da atuação individual destes na condução de suas políticas. Mesmo assim, o perfil do novo Estado que está se formando não está determinado e depende da própria sociedade a sua definição.

Palavras-chaves

Estado, globalização, isolamento, fundamentos, estabilidade, continuidade, adaptações, comparativos, investimentos, crescimento, atuação estatal e coordenador.

* Vladimir Furtado de Brito é mestre em Economia, professor das Faculdades São Luís e Oswaldo Cruz e assessor econômico da FCESP.

O problema do desenvolvimento e do papel do Estado na economia têm sido muito debatido na década de 90, principalmente para casos de países emergentes e/ou em transição. Essa discussão teve origem num trabalho do Banco Mundial (Bird) de 1993, intitulado *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*, que é basicamente um estudo voltado para o entendimento das experiências dos países asiáticos de alta performance. Esse trabalho partiu de uma identificação das economias mundiais que apresentaram as mais altas taxas de crescimento de renda per capita entre 1965 e 1990, superiores a 5% ao ano. Coincidentemente, os países que se encaixavam nesta categoria de “high performance” eram oito e todos localizados no sudeste asiático, a saber, o Japão; os Tigres, Coréia do Sul, Cingapura, Hong-Kong, Formosa; e as novas economias emergentes, Malásia, Indonésia e Tailândia.

Mesmo com as profundas diferenças existentes entre estas economias, a saber, o Japão, como país altamente industrializado, os Tigres como grupo de industrialização mais recente (sendo que Hong-Kong com um perfil notadamente comercial e financeiro) e as novas economias emergentes, com uma base econômica ainda em grande parte extrativista (principalmente, petróleo) e com graus de industrialização (valor adicionado) muito diferentes, procurou-se estabelecer condutas gerais que levaram estes países ao sucesso econômico, recomendando tais ações aos estados latino-americanos, no que ficou conhecido como “Consenso de Washington”.

Resumidamente, apesar de tais recomendações terem sido colocadas de forma geral e sempre sem considerar mais atentamente as particularidades locais de cada país e região, em primeiro lugar, o Estado teria papel decisivo na garantia da estabilidade macroeconômica, ou na garantia dos “fundamentos” econômicos e institucionais exigidos ao comportamento apropriado aos agentes econômicos, como déficit público em redução, inflação baixa e controlada, déficit em conta corrente em uma grandeza financiável, processo de abertura comercial, condições favoráveis de acesso à tecnologia de ponta, investimentos em infraestrutura com participação dominante de capitais privados, preços internos não distorcidos por políticas de privilégios e/ou proteção excessiva e um sistema financeiro seguro e eficiente.

O equilíbrio e controle dos ‘fundamentos’ econômicos é de crucial importância. “Todas as famílias felizes se parecem entre si; as infelizes são infelizes cada uma a sua maneira”. Com essas palavras proféticas,

Tolstói iniciou seu romance sobre o desenvolvimento de sua moderna heroína, Ana Karênina. Nos mais de cem anos que se passaram desde que essa apaixonante trabalhadora, esposa, mãe e mulher se atirou sob as rodas de um trem, terminando assim sua tragédia de desorientação, um enorme volume acontecimentos se sucederam; porém, o princípio da desorientação, ou da descontinuidade de ação, permanece como anunciador de tragédias. Fazendo um paralelo da saga desta grande personagem com a economia brasileira, pode-se depreender que é fundamental uma continuidade no processo de ajuste por que passa o país. A prioridade continua sendo assegurar a estabilidade. Todos os países que venceram seus mais profundos desequilíbrios macroeconômicos e ingressaram no caminho do crescimento econômico sustentável se parecem entre si no que diz respeito às medidas básicas: equilíbrio fiscal e disciplina monetária. Desta forma, torna-se indispensável que o governo permaneça firme no controle destas variáveis, dando continuidade a uma política econômica única o tempo que for preciso, evitando políticas ‘populistas’ e/ou ‘eleitoreiras’, para apagar de vez do inconsciente coletivo brasileiro o comportamento, a memória inflacionária e a utilização das tecnologias sofisticadas de indexação que foram desenvolvidas nos últimos quinze anos.

Em segundo lugar estaria a necessidade de investimentos elevados em capital humano. A questão da educação seria estratégica e fundamental para permitir que os agentes econômicos internos capturem e adicionem novas mercadorias e tecnologias que viriam nas trocas internacionais com os países mais desenvolvidos. Dessa forma, o acesso a mais educação e informações seria um fator decisivo para que os países da América Latina se tornem agentes ativos no processo de globalização, podendo adotar decisões e posturas que interessam realmente a seus respectivos países e que essas trocas internacionais favoreçam maior integração e internalização dos processos produtivos mais eficientes e mais intensivos em tecnologia em toda cadeia produtiva. Os investimentos em educação seriam fundamentais não só para adicionar mais valor aos produtos e garantir resultados melhores na balança comercial brasileira, como também para melhorar e criar condições internas para desenvolvimentos de trabalhos em equipes, pesquisas e a efetivação de técnicas mais modernas de administração e gerenciamento dos processos produtivos mais evoluídos. A consciência (conhecimento) é a mãe de todas as mudanças, como diria Hegel.

No tocante à política industrial, as recomendações são vagas. Recomenda-se a política de incentivar capitais privados para formação de ‘cadeias produtivas’ e expô-las o mais rapidamente possível à concorrência internacional para que não haja perdas para os consumidores e para o país com política protecionistas desnecessárias e custosas. No geral, não se deve ‘proteger’ nenhum setor da economia. Por outro lado, sabemos claramente que, atualmente, a intervenção do Estado deve ser a de realmente coordenar as atividades de alguns setores importantes da cadeia produtiva para que não ocorram fechamento de fábricas menos produtivas e/ou perdas desnecessárias de empregos. É bom ficar bem claro que não é o caso do Estado produzir aço, telefones ou petróleo, mas de ter informações de que, por exemplo, uma empresa de autopeças de São Paulo está fechando por deficiência tecnológica. Nesse caso, se justifica uma ação do Estado de perguntar à montadora se ela não conseguiria transferir tecnologia se o governo estivesse disposto a financiar o processo, não com juros subsidiados, mas com recursos do BNDES. Estes aumentos de produtividade e eficiência certamente se traduziriam em alterações da estrutural industrial do país, o que deve ser o principal objetivo de uma política industrial. Outro reflexo seria a elevação da capacidade de exportação dessas economias de produtos manufaturados já com maior valor adicionado, reduzindo a necessidade de capitais externos para financiar o déficit em conta corrente destes países. O crescimento das exportações é fundamental, ao invés de se tentar políticas de restrições e/ou substituições de importações.

É importante destacar que, em nossa avaliação, alguns setores importantes da produção industrial, como microeletrônica, biotecnologia, química fina, por exemplo, não podem ser deixados simplesmente expostos aos mecanismos de mercado, um processo ainda aleatório e incerto, principalmente em uma perspectiva institucional e histórica do Brasil. Nesses casos (que são poucos), a intervenção do Estado ainda é fundamental no sentido de coordenar as ações, colocar linhas de crédito disponíveis (a juros cobrados no mercado internacional), procurando sempre interligar os diversos capitais privados interessados. Neste sentido, no momento atual por que passamos, uma oferta de linhas de créditos mais acessíveis, mesmo a juros de mercado, para as pequenas e microempresas, seriam muito bem vindas pelos seus efeitos positivos no multiplicador do nível de renda e de emprego.

Por fim, a última recomendação do Bird seria de uma política governamental no sentido de procurar melhorar sempre o quadro institucional do país, para que essas políticas de intervenção do Estado se traduzam realmente em uma melhoria do bem-estar da maior parte possível da população. Não se pode imaginar que a burocracia pública, interesses políticos, poderes regionais, locais e corporativos permaneçam firmes, mantendo ações discriminatórias, protecionistas em excesso e distantes do critério da eficiência econômica, ou que sejam necessários maiores gastos de recursos privados para obtenção de favores públicos, o famoso efeito “rent-seeking” que, segundo o Bird, foi característico da América Latina (e, agora se sabe, também em alguns países da Ásia) durante muito tempo. Esta maior autonomia do Estado seria importante para garantir papel positivo em questões como educação, saúde, distribuição da propriedade da terra, enfim, políticas econômicas voltadas para maior igualdade social e, conseqüentemente, de ampliação do mercado interno.

Apesar de genéricas, as recomendações do Bird para desenvolvimento e do papel do Estado não são absurdas nem completamente fora de realidade, como insistem em pregar algumas análises. Trata-se de apenas serem aprimoradas e trabalhadas para melhor execução à realidade brasileira. Uma verdade é a de que, com a globalização, o Estado perdeu uma relativa autonomia em diversas questões econômicas, que não podem ser adotadas sem consultas prévias a seus principais parceiros comerciais e financeiros. Estes enfraquecimentos dos Estados nacionais são mundiais e decorrentes do processo de inserção na economia global. Marx e Engels, observaram:

Em lugar do antigo isolamento das províncias e das nações bastando-se a si próprias desenvolvem-se relações universais, uma interdependência universal das nações. E o que é verdadeiro quando a produção material o é também no tocante às produções do espírito. (...) A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada dia a dia impossíveis.¹

Se esta era a cosmovisão que podia ser estabelecida na época, que se dirá do mundo de hoje, entrando pela 3ª revolução industrial (biogenética e microeletrônica), em que as distâncias se reduzem de

1. K. Marx. F. Engels, *Sobre literatura e arte*, p. 27.

maneira impressionante, as técnicas de intercomunicação se aceleram, a produção intelectual é cada vez mais posta em termos universais, como se verifica cotidianamente nos domínios da ciência, técnicas produtivas, comportamentos sociais e em qualquer outro campo de análise que se pretenda.

Por outro lado, estamos passando um momento de forte expansão do capitalismo, tanto externa quanto internamente, que traz consigo uma revolução econômica, cultural, de hábito e formas de organização social. Com as privatizações, o Estado brasileiro se livrará de uma carga de despesas muito pesada, se tornando um estado mais “enxuto” e, portanto, mais capaz de cuidar de outras questões, principalmente na área social. É bom deixar claro que um Estado mais ‘enxuto’ não significa necessariamente um Estado mais fraco e sim com novas funções e configurações.

Se nessa nova configuração do Estado nacional não existe lugar para funções de grande empregador direto de mão-de-obra, produtor monopolista de bens e serviços, clientelismos e outras ações do passado, o papel de coordenador será imprescindível. Este fato nos leva a outra questão: como se dará a escolha dos setores que merecerão maior atenção por parte do governo? A questão não é o que fazer, pois isto está claro no sentido de tentar construir uma economia mais produtiva, justa e eficiente. A questão na verdade é quem deve tomar tais iniciativas. Mantido os “fundamentos” econômicos, o novo Estado não deve ser hegemônico nem autoritário em suas decisões e deve procurar uma combinação de interesses com o mercado e a sociedade civil, através de suas organizações representativas.

Nesse ponto é que reside a chave da questão: somente o desenvolvimento institucional da sociedade permitirá que ela participe efetivamente da gestão deste novo Estado, influenciando nas definições de onde quer que realmente sejam promovidas intervenções estatais. Afinal, o orçamento público é limitado e, diante disso, e sem criar novos impostos específicos (uma opção discutível), é necessário saber quanto o país deve investir, por exemplo, em gastos militares para proteger a Amazônia, em saneamento básico, em saúde, educação, transportes, se ainda quer investir na extração e refino de petróleo, se deve dar mais atenção às dificuldades do pequeno e micro empresário, às exportações, a um programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias

de ponta, de elevar os recursos destinados à construção civil/habitação e em muitas outras áreas. Enfim, deve ser a própria sociedade, através de suas organizações representativas, que definirá o novo perfil do Estado brasileiro, evitando políticas ‘populistas’ e nunca esquecendo de manter sob controle os ‘fundamentos’ econômicos.

Bibliografia

- BRITO, V.F. “A crise asiática e o Brasil”. *in Revista Pensamento & Realidade*, ano I, nº 2. São Paulo, Edições Loyola, 1998, pp. 34-43.
- GADELHA, C. G. “A nova ortodoxia do desenvolvimento: uma crítica ao debate em torno da visão do Banco Mundial e elementos para uma abordagem alternativa neo-schumpeteriana”. *in Revista de Economia Política*, vol. 18, nº 1 (69). Ed. 34, São Paulo, 1998.
- MARX, K., ENGELS, F., *Sobre literatura e arte*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.
- THE WORLD BANK *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*. New York, Oxford University Press, 1993.